

136

ARTIGO

DA FORÇA
REPRESSORA
À COESÃO SUTIL:
A ARQUEOLOGIA
DA VILA OPERÁRIA

Cláudia Regina Plens
Profa. Dra. Curso de História
Universidade Federal de São Paulo - UNIFESP
clauplens@gmail.com

ABSTRACT

The archaeological research at the railway worker village of Paranapiacaba (municipal district of Santo André, São Paulo State) studies the consequences of the working system change, which was impelled by the construction of the British “The São Paulo Railway Co. Ltd.” in the last quarter of the 19th century. The research focus was the behavior shift of a particular segment of the Brazilian working class during the transition period from the slavery to the hire system. So far, the project had as research object, the residences of the railway village built since 1865, to lodge the employees of the company, Brazilians and immigrants. The archaeological surveys in the residential discard areas identified different characteristics. Such results brought into the discussion about the behavior among the social classes between the final slavocrat period and the beginning of the 20th century.

KEY WORDS Historical Archaeology, Atlantic Rain Forest, labor class, labor villa, railway

RESUMO

A pesquisa arqueológica na vila operária de Paranapiacaba, Santo André, SP, buscou compreender como as modificações no sistema de trabalho afetaram o comportamento de um segmento da classe trabalhadora brasileira – no segundo quartel do século XIX - impulsionada pela construção da ferrovia inglesa The São Paulo Railway Co. Ltd. O tema do projeto abordou o assunto da classe trabalhadora paulista no momento de transição do trabalho escravo para o assalariado. Para tanto, teve como objeto de estudo as residências da vila ferroviária construídas a partir de 1865, para a moradia dos funcionários da companhia inglesa, brasileiros e imigrantes. As intervenções arqueológicas nas áreas de descarte residencial identificaram diferentes características. Tais resultados nos remeteram à discussão a respeito do comportamento entre as classes sociais desde o período escravocrata até o começo do século XX.

PALAVRAS-CHAVE Arqueologia Histórica, Mata Atlântica, classe trabalhadora, vila operária, ferrovia

INTRODUÇÃO

Este trabalho é o resultado da pesquisa arqueológica desenvolvida como projeto de mestrado no Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, nos anos de 1999 a 2002¹, cujo enfoque foi a vila operária de Paranapiacaba, município de Santo André, Estado de São Paulo, Brasil.

O objetivo geral do projeto foi a busca de parâmetros para a compreensão do processo de transformação da paisagem no cotidiano da comunidade operária oitocentista da Vila de Paranapiacaba, perante o sistema ideológico inglês e, ainda, compreender como a classe operária, composta por brasileiros e imigrantes, sobretudo espanhóis e italianos, se adaptou a uma postura ordenada de uma vila pré-fabricada que lhes foi imposta. A Arqueologia nos permitiu explicar alguns dos mecanismos dos hábitos de comportamento adotados pelos trabalhadores (e também moradores desta vila), analisando as informações contidas nos artefatos para a apresentação de um modelo do cotidiano da vila operária, e discutir estratégias de ação e reação estabelecidas entre padrões/empregados, brasileiros/imigrantes e mão de obra assalariada/escrava, vivenciadas no século XIX na Vila de Paranapiacaba e adjacências, em função da estrada-de-ferro.

A CLASSE TRABALHADORA NO FIM DO IMPÉRIO PARA A REPÚBLICA NA VILA DE PARANAPIACABA

Em 1807, a Inglaterra suprimiu o seu próprio comércio negreiro transatlântico. A partir de então, iniciou-se uma cruzada para convencer os outros países a seguir o seu exemplo. D. João VI viu-se obrigado a restringir a escravidão às colônias portuguesas ao sul do equador, e a posicionar-se para que elas também passassem a extinguir o tráfico negreiro (Dean, 1996: 161). No

Brasil, o pensamento abolicionista foi manifestado a partir da assinatura dos Tratados de Comércio e Amizade com o governo britânico, em 1810, e intensificou-se no momento do Congresso de Viena. Tal fato tinha caráter efetivamente econômico, mesmo que mascarado por qualquer caráter humanitário (Neves, 2000: 375).

D. João, príncipe regente, que defendia arduamente a escravidão, no Congresso de Viena fundamentou as razões e motivos que o prendiam ao comércio do tráfico negreiro, o qual considerava indispensável para a prosperidade das colônias portuguesas. A sua posição foi discutida pelo representante inglês quanto aos motivos humanitários, entre os econômicos, que faziam do abolicionismo o melhor caminho para a prosperidade desses países e colônias (Neves, 2000: 376). No Brasil, em 1822, dentro de um clima agitado, os debates por meio da imprensa permitiram que ainda aflorassem outras dimensões da questão abolicionista. As idéias abolicionistas tornavam-se uma luta pelo poder (Neves, 2000: 391).

Neste período a condição dos escravos, em São Paulo, estava passando por várias conturbações. O interior, onde se expandiria a cultura cafeeira, contava com poucos escravos no começo do século XIX. Bacellar (2000: 240) relata que em Sorocaba, no ano de 1810, havia 9.581 habitantes, dos quais apenas 1.938 eram escravos, sendo que estes estariam distribuídos em 360 domicílios, representando 20,4% do total, completando a média de 5,4 escravos em cada casa. A distribuição de escravos, no entanto, não se dava sempre nesse número, sendo que muitos dos documentos apontam para a existência de um único escravo em cada residência, muitas vezes crianças, devido ao seu baixo valor comercial (Bacellar, 2000:251).

1 A pesquisa arqueológica teve apoio da fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo.

Com o advento do café, porém, grandes fazendas passaram a ocupar o interior e também a deter um maior número de escravos concentrados em um mesmo espaço. As relações entre senhor e escravo se tornaram cada vez mais distantes. O sistema disciplinar da fazenda exigia ritmo de trabalho mais acelerado que anteriormente e, em contrapartida, reivindicações por melhores condições de sobrevivência por parte dos escravos. Suas reivindicações giravam em torno de folgas semanais, alimentação e vestuário, recebimento pelo trabalho e redução de castigos sofridos (Machado, 1994:25). A consequência: violência, onde os escravos passavam a agir de maneira organizada, rebelando-se contra seus senhores (Azevedo, 1987:199). Nos jornais passaram a ser comuns denúncias de atos de desobediência às regras disciplinares nas fazendas, como revoltas organizadas e crimes sangrentos (Machado, 1991:67). Todo este movimento trazia fortes preocupações tanto para os senhores de escravos quanto para a polícia, responsável pela manutenção da ordem.

A pressão da polícia sobre os escravos aumentava e as reivindicações ganhavam novos espaços. Os escravos fugiam das fazendas povoando cidades, estradas, estações de trens (Machado, 1991: 69). A comunicação do movimento, fundamental para a manutenção do abolicionismo, se realizava através de caixeiros, tropeiros e ferroviários e assim seguiam para as cidades por onde o transporte passava (Machado, 1991:92). Toda essa movimentação estava ocorrendo às margens das ferrovias Companhia Ferroviária e Mogiana, implantadas na década de 1870 por interesse dos cafeicultores, como prolongamento da São Paulo Railway (Machado, 1991:91).

Os santistas, que se mantinham atentos a estes acontecimentos e viam constantemente fugas das fazendas e a movimenta-

ção diária por Cubatão e Bertioga, organizaram-se em apoio ao movimento. Como o número de fugitivos crescia, tornava-se impossível colocar a todos nos serviços do porto e das casas de comércio, ainda mais porque aderiam a esse movimento também crianças e mulheres, sendo necessária a criação de um novo espaço que acolhesse este contingente.

Foi somente em 1882, numa reunião que contava com a presença de Xavier Pinheiro, Guilherme Souto, Geraldo Leite, Júlio Backauser, Santos Pereira, conhecido como “Santos Garrafão”, Ricardo Pinto de Oliveira, Júlio Maurício, Constantino de Mesquita, Joaquim Fernandes Pacheco, Teófilo de Arruda, José Inácio da Glória, Afonso Veridiano, Antônio Augusto Bastos entre outros, que foi decidido que deveria ser construído um reduto para os fugitivos do trabalho escravo (Moura, 1988:211). Com a morte de Luiz Gama, um líder abolicionista, a ação passou a ser liderada por Antonio Bento, que fez com que o movimento se avantajasse, tomando proporções antes nunca vistas em São Paulo. Neste ano houve vários relatos de incitamento a revoltas de escravos por pessoas de fora das fazendas (Azevedo, 1987: 201).

Primeiramente a estratégia utilizada por Antonio Bento consistia na utilização dos meios jurídicos. Através do jornal intitulado *A Redenção*, instalado na confraria negra de Nossa Senhora dos Remédios, no centro de São Paulo, eram divulgadas suas idéias abolicionistas. Este jornal destinava-se às pessoas de classe social baixa, mas chegou a alcançar aceitação desde os próprios escravos nas senzalas até famílias mais abastadas de São Paulo. Na cidade de São Paulo, Bento também possuía alojamentos para os negros que não tinham para onde ir. Indo mais longe, “Bento reuniu uma coleção de instrumentos que, antigamente, haviam

sido usados em escravos: chicotes de couro, coleiras, correntes, cangas e gargalhadeiras de ferro”, simbolizando sua luta (Conrad, 1978: 294-5). Com o tempo sua manifestação foi ganhando outros rumos, através do apoio ao abandono das fazendas pelos escravos, proteção para fuga, açoitemento e a colocação dos libertos no mercado de trabalho (Machado, 1991: 96). Para a acolhida dos negros fugidos, Antonio Bento, sob o comando de Quintino de Lacerda, um ex-escravo, acompanhado de Julio Mauricio, Wansuit, Santos Garrafão, entre outros militantes abolicionistas, estabeleceu um quilombo, que viria a se tornar um dos maiores de São Paulo.

Este quilombo, localizado na Serra do Mar, pertencente ao município de Santos, contou com cerca de dez mil escravos no século XIX (Reis e Santos, 1989:71-3 e Moura, 1988: 211). A sua formação seria diferente dos demais quilombos brasileiros, pois teria surgido de ações sistematizadas, com ajuda do branco. O quilombo na Serra do Mar representaria, segundo Queirós (1977:144), o caráter quase único de protesto, devido à ação coordenada por brancos na luta contra a escravização.

O quilombo estava situado em terras altas e férteis, que na época estavam desabitadas. O quilombo Jabaquara situava-se segundo Santos (citado em Machado, 1991: 169),

“atrás das terras de Matias Costa, ainda em estado primitivo, coberta de mato e cortadas de riachos, havia uma extensão de várzea trançadas apenas de caaqueras, cambarás e existiam ao lado da Santa Casa, subindo a lombada do morro, passando pela casa de Benjamim Fontana, e a seguiu pelo sítio de Geraldo Leite da Fonseca que ficava ao alto, caindo então para a várzea do Jabaquara (...) As terras do Jabaquara, pertencentes a Benjamim Fontana, foram arrendadas por

Quintino Lacerda, que aí residiu, junto com antigos ocupantes do Quilombo até 1898, quando faleceu (...)”

O movimento crescia e mais pessoas de diferentes classes sociais - como ex-escravos e antigos donos de escravos e seus filhos, a elite intelectual da província e pessoas de diferentes partidos políticos -, se juntavam à causa (Conrad, 1978:295).

A viagem dos escravos fugitivos era perigosa e ocorria principalmente à noite, tendo por objetivo atingir o alto da serra e descer para o vale, onde se encontrava o quilombo (Santos, 1942: 178-9). Em Santos, os quilombolas achavam subempregos nos cais do porto entre outros biscates. A ação popular era visível durante as muitas excursões de autoridades à procura de fugitivos. Com pedras, madeiras e paus, saíam à rua em favor da abolição.

Em um desses momentos de fuga de escravos a manifestação de operários da São Paulo Railway Co. Ltd. se fez presente:

“Intervieram então o superintendente da S. Paulo Railway, William Speers, e o chefe do trafego, Antonio Fidelis, e discretamente offerceram uma solução. A locomotiva que trouxéra a composição seria desatrelada. Uma outra seria posta á retaguarda, e a compromettida diligencia, sem delongas nem altos, bateria simplesmente em retirada. Já sabemos das boas disposições da gente ferroviária para com a ordem libertadora dos caiphases. A manobra executou-se com incrivei rapidez e, a levantar um alto pennacho de vapor claro, num longo apito victorioso, lá se foi o trem em direção á serra... A autoridade publica havia feito, no municipio de Santos, a sua ultima tentativa no sentido legal da escravidão. Naquella noite accendeu-se uma immensa fogueira no Jabaquara, e o samba retumbou festivo e exultante até alta madrugada...”(Santos, 1942: 183-4).

Este episódio traz à tona a presença britânica nos movimentos em favor da libertação dos escravos. E embora não haja trabalhos históricos com registros dos trabalhadores da São Paulo Railway Co. Ltd., um levantamento efetuado em 1920 registrou 3.286 moradores na Vila de Parapiacaba, todos imigrantes, portugueses, espanhóis e italianos.

Inicialmente o que se tornou a Vila de Parapiacaba era um acampamento provisório para os 5000 trabalhadores que começaram as obras da construção da ferrovia Estes, depois de concluído o empreendimento, não continuavam a trabalhar para a empresa. Contudo, mais tarde seriam necessários trabalhadores contratados para a manutenção da ferrovia. Desta forma foram contratados outros 2000 trabalhadores, dando, assim, início a ondas migratórias que tinham por finalidade a busca de trabalho.

A ARQUEOLOGIA DA SÃO PAULO OITOCENTISTA

A Vila de Parapiacaba se divide em três diferentes conjuntos de aspectos urbanísticos e arquitetônicos distintos entre si: Vila Velha, Vila Nova e Parte Alta (Malentaqui, 1984:18-9). Na Vila Velha, local onde ocorreu a primeira fase da ocupação inglesa em 1860/62, onde além das residências estão localizados os mais antigos depósitos da empresa, as características são: construções que seguem os alinhamentos das ruas; distribuição pouco ordenada das construções; inexistência de calçamento nas ruas; inexistência de um modelo de arruamento, com a existência de apenas um eixo principal (Rua Direita) que dá acesso aos depósitos e oficina.

As residências dos trabalhadores na Vila Velha diferenciam-se em relação ao tamanho da família a quem se destinavam, desde os cômodos que abrigariam os solteiros (Casa tipo D), até para famílias na qual o trabalhador morava com esposa e uma grande quantidade de filhos (Casa tipo C) (Figura 1).

A Vila Nova (antigamente denominada Vila Martin Smith), foi uma área planejada, construída devido ao aumento do

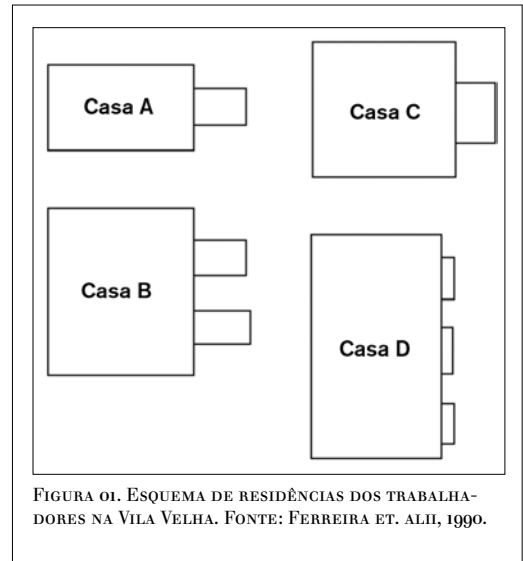


FIGURA 01. ESQUEMA DE RESIDÊNCIAS DOS TRABALHADORES NA VILA VELHA. FONTE: FERREIRA ET. ALII, 1990.

número de funcionários e, também ao acelerado desenvolvimento da ferrovia. Nesta área, as casas teriam sido construídas também de acordo com o estado civil do trabalhador, mas, sobretudo, em relação à função exercida pelo trabalhador na ferrovia, como engenheiros, manobristas e mecânicos. Todas essas construções foram feitas em madeira sobre alvenaria. As residências nesta área foram construídas em quatro padrões (figura 2):

O planejamento e extensão da vila de Parapiacaba para a Parte Alta ocorreu de acordo com a necessidade de abrigar a classe de trabalhadores aposentados pela Rede, pois estes,

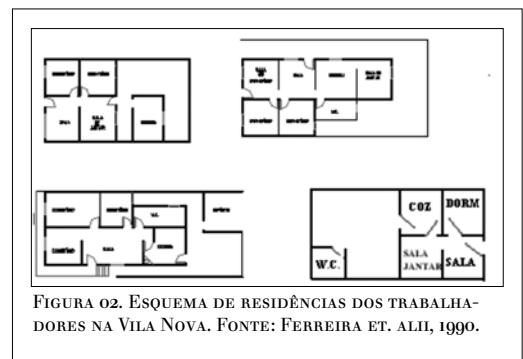


FIGURA 02. ESQUEMA DE RESIDÊNCIAS DOS TRABALHADORES NA VILA NOVA. FONTE: FERREIRA ET. ALII, 1990.

devido ao clima, ao costume ou a outro motivo, preferiam ficar morando em Paranapiacaba (Malentaqui, 1984:14). A parte baixa, considerando o declive do Vale, foi primeiramente formada por habitações provisórias (acampamento) dos operários da São Paulo Railway. A intenção da companhia era a fixação de poucos operários no local, porém, devido às dificuldades, às obras de conservação e às exigências oficiais, cresceu a necessidade de um maior número de funcionários no local em caráter permanente.

A vila operária, em geral, não permitia uma grande locomoção dos operários e seus familiares, com o objetivo de mantê-los o maior tempo possível em função do trabalho. Para as horas de lazer, necessárias para uma vida minimamente confortável, estabeleceram-se centros religiosos, desportivos, de lazer, localizados dentro, também, da visualização do superintendente, com o objetivo de manter uma ordem social para que a força de trabalho não seja despendida em outras atividades.

O MARXISMO E O PENSAMENTO FOUCAULTIANO

Na análise da cultura material da Vila de Paranapiacaba, adotamos o pós-processualismo em duas vertentes transdisciplinares: o marxismo e o pensamento foucaultiano. A aplicação do marxismo pelo pós-processualismo é baseada na idéia de ideologia, não apenas relacionada ao dominante, mas, sobretudo ao interesse (Hodder 1992). Nesta perspectiva, entende-se que diferentes grupos da sociedade são capazes de desenvolver ideologias divergentes. A influência do pensamento foucaultiano, no que se refere à ideologia, baseia-se na relação do poder, conhecimento e verdade. Para Hodder, o poder manipulado pelos recursos materiais deve ser estudado a partir destas três premissas supracitadas (seria importante uma citação, de preferência com página).

Na tentativa de argüir a questão do poder

e da ideologia durante o período de industrialização na Europa, Foucault (1987:118) explica que, desde a época clássica, o corpo humano era considerado como um objeto submetido à força do poder e, como tal, passa a ser manipulado, modelado e treinado sendo o fim responder e obedecer às necessidades da elite. Tais condições de manipulação do corpo não são exclusividade de uma única sociedade, ao contrário, elas se dão em qualquer sociedade, impondo limitações, proibições ou obrigações através de métodos de controle sobre o indivíduo. Vários procedimentos de coerção semelhantes foram muito vigentes nos séculos XVII e XVIII como uma alternativa aos métodos mais bruscos de coerção ao trabalho: a escravidão.

Apesar de se fazer presente em todas as sociedades, a disciplina passou a exercer função mais centralizada na vida individual no século XVIII, devido ao aumento da demografia na Europa associada ao crescimento do aparelho de produção que, com controle sistemático, proporcionava maiores e melhores resultados mas, em contrapartida, requeria maiores custos e esforço. Sobre o indivíduo passou a ser exercida a disciplina do corpo e não somente a sua apropriação. Através da disciplina é possível fazer com que os corpos se tornem submissos, aumentando gradativamente sua capacidade de trabalho, em um menor intervalo de tempo. “Se a exploração econômica separa a força e o produto do trabalho, digamos que a coerção disciplinar estabelece no corpo o elo coercitivo entre uma aptidão aumentada e uma dominação acentuada” (Foucault, 1987: 119).

No século XVIII, Jeremy Bentham, filósofo e jurista inglês, concebeu um sistema de vigilância denominado sistema panóptico (pan-óptico), cuja função inicial era o projeto de prisão modelo que posteriormente foi adotado por instituições educacionais e de trabalho. O sistema panóptico era, portanto, a maneira utilizada para neutralizar a desordem através

da fixação das populações que pudessem subverter a ordem. Na Inglaterra, coube às instituições religiosas a responsabilidade das primeiras ações disciplinares sobre grupos populacionais. A disciplina, reconhecida como técnica para a ordenação das complexidades humanas (Foucault, 1987:173-9), por sua vez, obedece a uma série de regras para que suas condições sejam desenvolvidas.

Ainda segundo Foucault (1987:122), a colocação do indivíduo – e, por conseguinte, do grupo – no espaço, é fundamental e pode ser realizada por meio de quatro regras. A primeira delas é a escolha do local, sendo este “heterogêneo a todos os outros e fechado em si mesmo”; a segunda é a manutenção de um espaço enclausurado, sem, no entanto, haver a percepção disto, separando os grupos em sistemas individuais, a fim de evitar corporações e proporcionando a fácil verificação dos presentes e ausentes “procedimento, portanto, para conhecer, dominar e utilizar. A disciplina organiza um espaço analítico”; a terceira trata da determinação dos espaços, proibindo comunicação que ponha o sistema em perigo e, ao mesmo tempo, criando um espaço que seja inteiramente útil. O refinamento na técnica de distribuição dos indivíduos no espaço, de maneira a articular a distribuição dos indivíduos, ocorreu nas fábricas, nas décadas finais do século XVIII, colocando-os em posição isolada e rapidamente localizável; a quarta, onde todos os elementos podem ser trocados, pois cada qual ocupa um espaço idêntico aos dos demais, criando espaços complexos que tenham desempenho, ao mesmo tempo, arquitetônico, funcional e hierárquico. Tudo isso cria valores e impõe a obediência que leva a uma economia de ações que, por sua vez, leva à melhoria do trabalho e por consequência, ao lucro.

No sistema disciplinar do trabalho, cada minuto passa a ser importante no emprego do corpo como instrumento de trabalho. Na Europa, o primeiro passo para acostu-

mar a população camponesa com o ritmo do trabalho industrial foi a congregação para aprenderem, de forma uniforme, os novos procedimentos (1987:122).

Ainda segundo Foucault, “a disciplina ‘fabricaria’ indivíduos”. É nesse momento de disciplina dos atos que ocorrem os primeiros passos da individualização. Nesse contexto o indivíduo é, sem dúvida, o átomo fictício de uma representação “ideológica” da sociedade, mas é também uma realidade fabricada por essa tecnologia específica de poder que se chama a “disciplina” (Foucault, 1987: 143-161).

O lugar, o espaço construído para que a disciplina seja exercida sobre os atores, foi estudado pelo plano Panóptico de Bentam através da arquitetura, onde de forma periférica anelar, a torre estaria centralizada com janelas para toda sua circunferência. Para tanto, este autor se refere ao poder visível e inverificável, com a finalidade de vigiar sem perturbar o indivíduo, pois este não se sente vigiado.

Segundo Foucault, estes elementos teriam o poder de automatizar e despersonalizar o poder. Para ele o plano panóptico de trabalho tem por objetivo otimizar o trabalho através da modificação do comportamento e do treinamento dos indivíduos no serviço. É uma implantação dos corpos no espaço, de distribuição dos indivíduos em relação mútua, de organização hierárquica, de disposição dos centros e dos canais de poder, de definição de seus instrumentos e de modos de intervenção, que se podem utilizar nos hospitais, nas oficinas (...) (Foucault, 1987: 165-70).

Ainda segundo Foucault, o que importa no sistema panóptico é o desenvolvimento da produção, o desenvolvimento da economia, a difusão da instrução e a elevação do nível da moral pública. Para o autor, tal constituição foi possível através da separação, coordenação e controle de tarefas impostas junto ao quadriculamento do espaço que maneja o tempo, gestos e força dos corpos com a finalidade de submetê-

-las aos mecanismos de produção. Este processo realiza-se através da coerção, porém, sem violência (Foucault, 1987: 172-82).

METODOLOGIA

Com a finalidade de compreender as estratégias estabelecidas pelos moradores para a adaptação de suas vidas em um sistema imposto, analisamos diversos pontos da vila que representariam exemplos de setores públicos e privados e, também, de classes sociais diferenciadas, tal como o Hospital, a Igreja e habitações de engenheiros e funcionários de baixo escalão, respectivamente.

A partir de pesquisas históricas e arquitetônicas, foram definidas as áreas para prospecções e escavações arqueológicas de possíveis espaços para descarte de lixo doméstico. Esses foram divididos por duas características: locais de ordem pública e privada e classes sociais alta e baixa. Os locais de ordem pública foram cinco, o Hospital, a Viela, o Lição (depósito de lixo), Igreja (Presbiteriana), e o Hotel dos Engenheiros, enquanto que os locais de ordem privada, de classe alta, o Castelinho (como é chamada a casa do engenheiro chefe), a Casa de Engenheiro, a Casa do Médico, enquanto que os locais de ordem privada destinadas à classe baixa foram três, duas residências destinadas à famílias e uma à grupo de solteiros.

RESULTADOS

O PICHE

A escavação arqueológica demonstra que na Vila Velha de Paranapiacaba, diferente do que se supunha (Ferreira ET. A.I 1990), já havia calçamento de piche, não apenas nas ruas mas, também, nos quintais das casas, mostrando a preocupação com a manutenção da higiene além de arruamentos bem transitáveis que facilitassem, aos trabalhadores, o acesso ao

trabalho. Assim sendo, a função do emprego do piche foi tanto impermeabilizante e higiênica quanto ordeira.

Durante as escavações arqueológicas foram encontradas camadas de piche em todas as estruturas escavadas. Algumas vezes, como no caso do Hotel dos Engenheiros, foi encontrada mais do que uma camada, o que nos mostra que, ao longo dos anos, estes quintais e arruamentos passavam por reformas. O emprego deste material para o asfaltamento de ruas e quintais foi, sem dúvida, o fator principal que afetou a composição do registro arqueológico e formação de áreas de refugio.

Sem exceção, foram encontrados vestígios de piche em todos os quintais das residências investigadas e, também, na viela. Acreditamos que, nos casos onde as intervenções arqueológicas não localizaram vestígios de lixo doméstico, o fator preponderante para a ausência de material, deve-se, sobretudo, ao fato de haver piche. A ação impermeabilizante do piche exigia da população a limpeza constante e não possibilitava que os materiais fossem encobertos rapidamente por terra.

Comparando os locais que apresentaram vestígios arqueológicos e os que não apresentaram, notamos que o que os diferencia é a existência do piche. O fato das residências destinadas às classes mais abastadas, assim como os lugares públicos, possuírem maior espaço, que era usado como jardim ou, em alguns casos, áreas perto de encostas (onde a circulação de pessoas não era tão freqüente), não necessitava de uma manutenção exígua, permitindo que produtos descartados fossem absorvidos pelo sedimento

OS TIJOLOS

Dentre os materiais construtivos da Vila de Paranapiacaba, destacamos os tijolos,

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11
2	2	7	11	-	-	-	-	-	-	-

TABELA 01. QUANTIDADE DE FRAGMENTOS DE AZULEJO ENCONTRADOS DURANTE A ESCAVAÇÃO ARQUEOLÓGICA, SEGUNDO SUA LOCALIZAÇÃO. LEGENDA: 1 = HOSPITAL; 2 = CASA DOS SOLTEIROS; 3 = HOTEL DOS ENGENHEIROS; 4 = CASTELINHO; 5 = CASA DO ENGENHEIRO; 6 = D. LUCIA; 7 = CASA DA ZILDA; 8 = CASA DO MÉDICO; 9 = VIELA; 10 = LIXÃO; 11 = IGREJA

pois, durante as prospecções e escavações arqueológicas, estes revelaram ser de grande diversidade, tanto no tamanho e qualidade, quanto nos códigos de identificação. A partir da análise verificamos que este material poderia representar muito mais as transformações sociais da região do Grande ABC, concomitantemente ao desenvolvimento de Paranapiacaba, do que quaisquer outros materiais recuperados na escavação. Através da diversidade de logotipos dos tijolos, notamos que as olarias, que já tinham uma dada importância na região – como em São Caetano, cujas olarias edificadas pelos Beneditinos tiveram suas atividades iniciadas em meados do século XVII - passaram a ter um crescimento acelerado com a implantação dos trilhos ferroviários no século XIX. Deste modo, as olarias representaram a fonte econômica de maior representatividade para a população das adjacências no período de transição entre o trabalho escravo e o assalariado. Com base nisso, desenvolvemos uma metodologia que passa desde a descrição do material até o debate da

sua importância para os moradores ao longo da ferrovia S. Paulo Railway Co. Ltd.

É importante notar que, desde os primeiros séculos de colonização européia, a província de São Paulo teve como papel econômico a produção de itens cerâmicos, onde os habitantes possuíam apenas alguns instrumentos de ferro para o seu trabalho, além de poucos outros utensílios como roupas, por exemplo. A ferrovia provocou o aumento de trabalhos em torno da produção de recipientes cerâmicos, tais como pratos e potes, entre outros. Houve variações nas técnicas, formas e estilos mais do que encontrados entre os séculos XVII e XVIII (Morales, 2000:146). Destaca-se aí, a importância da região do ABC com o aumento da produção dos itens cerâmicos em São Caetano, São Bernardo, Estação S. Bernardo (atual Santo André), Ipiranguinha, Pilar (atual Mauá), Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra (Tabela 2). Aos poucos, a região que produzia utensílios cerâmicos que serviam tão somente aos tropeiros que subiam e desciam a Serra do Mar, e também para o uso doméstico das poucas famílias da região, passou a ter uma forte produção de tijolos, impulsionando, assim, o aumento populacional, principalmente através da imigração, que era a base da mão-de-obra.

Para a companhia ferroviária, os tijolos passaram a ganhar cada vez mais espaço como material de construção, enquanto que as casas de pau-a-pique serviram somente para o abrigo de operários durante a construção da ferrovia.

Depois, com o intuito de fazer núcleos habitacionais mais duradouros e que permitissem a fixação e o desenvolvimento de atividades mais complexas, recorreram

Olarias	1900	1901	1902	1903	1908	1909	1910	1911	Total
Estação São Bernardo	3	2	3	3	7	3	5	-	26
Ipiranguinha	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pilar	-	-	-	1	-	1	3	2	7
Rio Grande da Serra	1	-	-	-	1	2	5	-	9
São Caetano do Sul	-	-	-	-	-	1	3	-	4

TABELA 02 - OLARIAS NA REGIÃO CIRCUNVIZINHA A VILA DE PARANAPIACABA NO INÍCIO DO SÉCULO XX. FONTE: SANTO ANDRÉ, 1991.

à construção de casas, em alguns casos toda em alvenaria, ou em outros, em madeira - neste caso, o tijolo era empregado na construção do alicerce das edificações.

O desenvolvimento da região, em relação às olarias, foi impulsionado pela construção da ferrovia que, além de ter utilizado muito material para a sua ampliação, também fomentou a movimentação da população neste mercado.

Não existem trabalhos que aprofundam a questão destas olarias de modo abrangente, contudo, um relatório elaborado pela prefeitura de Santo André (1991), que trata do imposto de Indústrias e Profissões, imposto cobrado pela municipalidade sobre as indústrias e profissões, aponta para alguns aspectos das olarias na região circunvizinha à Paranapiacaba ao afirmar “que de acordo com o Novo Código de Posturas Municipais aprovado pela Lei nº 73 de 19 de julho de 1910, é uma das rubricas da Receita Ordinária do Município”.

Apesar dos números apresentados na tabela 2, talvez houvesse olarias que não pagassem seus impostos devidamente, ou então, somente a partir deste período o desenvolvimento desta atividade tenha sido tão promissora que, meio século mais tarde as olarias chegavam a ser 800 na região (Wiegatz, 2000).

Segundo Marqueiz (1969), a implantação das olarias na região teve como causa a geografia local, pois costumam estar próximas a terrenos alagadiços que propiciam barro de ótima qualidade para produção de tijolos.

Os tijolos encontrados em Paranapiacaba diferem em suas dimensões e peso, cada qual sendo indicado para utilizações distintas, dependendo das obras a que se destinavam. A análise morfológica e das marcas dos tijolos resultaram nas classificações da tabela 03.

Foram analisados 15 tijolos representando aqueles que ainda se encontram nas casas que continuam ocupadas por grupos familiares. É importante ressaltar que, por se tratar de uma vila ainda ocupada, onde os tijolos ainda exercem suas funções dentro da construção, é impossível quantificar o número de tijolos utilizados na Vila ou mesmo em cada residência. Portanto, trabalhamos somente com uma amostra dos tijolos mais representativos. Para a conclusão desta pesquisa, contudo, não foi possível estabelecer conexões entre o logotipo dos tijolos com possíveis olarias existentes na região que permitam levantar questões comerciais entre os produtores e os consumidores.

A MADEIRA

Além das diversas madeiras provenientes da Mata Atlântica e do cerrado, utilizadas como dormentes para a construção da ferrovia, outra madeira de lei muito utilizada na arquitetura da Vila de Paranapiacaba, especificamente, foi o Pinho de Riga. No norte da Europa, era prática a utilização desta madeira na marcenaria. Como o padrão arquitetônico da Vila de Paranapiacaba seguia o modelo europeu de vilas operárias, se utilizou o mesmo material para sua pré-fabricação, na Inglaterra, de onde foram importadas.

A importação desta matéria-prima num ambiente de Mata Atlântica é bastante significativa para a discussão sobre a imposição de uma postura ordenada de uma vila pré-fabricada, pois nos remete a duas hipóteses, por um lado, estaria ocorrendo à extinção de madeiras de lei nesta vegetação pela devastação ou, por outro, não haveria a preocupação pela substituição desta madeira por outra que fosse facilmente adquirida no Brasil, no próprio ambiente onde seria implantada a Vila de Paranapiacaba.

Baixo Relevo (BR) Alto Relevo (AR)	Inscrição	Medidas
AR	BG	?X15X7,0
BR	LM	28X14X7,0
BR	A.F	26X12,5X6,5
AR	N...	?X15X6
BR	JG	28X15X7
BR	MPC	20,5X10X5
AR	G&F	27X15X7
BR	LPI	28X15,5X7,5
AR	SPR	25,5X12X7
AR	FSE	27,5X12,5X8,0
BR	H&B	22X9,5X5
BR	S....	-
BR	JPP	26X12X6,5
BR	GN	24X11,5X6
BR	*O*	25X12X6,0
BR	A*B	25X12X6,0
AR	Z.V....	?X15X6,5
BRCM	12,5X7X?
AR	PILAR	24X12X7

TABELA 03. RELAÇÃO DE TIJOLOS SEGUNDO SUAS INSCRIÇÕES

OS METAIS

Este tipo de material foi empregado tanto na composição de residências (por exemplo, vaso sanitário), como na ferrovia (por exemplo, roldanas) sendo, grande parte, de origem inglesa. Apesar da grande importância que o material metálico tem na Vila de Paranapiacaba, ainda muito utilizado pelos moradores atuais, a sua análise foi superficial, pois, mesmo sendo encontrado em todos os níveis arqueológicos, a coleta deste tipo de material no solo não se mostra conveniente pela rapidez da sua oxidação, o que prejudicou a análise mais aprofundada do material.

O LIXO DOMÉSTICO

Os artefatos encontrados em maior quantidade no lixo doméstico são aqueles que compunham as mesas das residências. O histórico destes artefatos mostra que, no século XIX, em

quase todo o mundo, o sistema mercantil-capitalista inglês incentivava a aquisição de itens específicos de consumo, em geral, de uso doméstico, antes restrita às elites. Desta forma, quando as primeiras iniciativas capitalistas passaram a ser introduzidas no Brasil permitiu-se que a entrada de novos gêneros refletisse diretamente no padrão de comportamento de consumo em todas as classes sociais. O que possibilitou, materialmente, a aquisição de produtos por toda a sociedade, porém, cada segmento social estava apto a adquirir produtos em quantidade e qualidade distintas. As diferenças de classes que antes era perceptível rapidamente no ambiente macro, ou seja, na arquitetura, passa também a ser refletido na cultura material de menor porte (Andrade Lima, 1995; Andrade Lima, 1997).

A paisagem do Brasil do século XIX passa a ser, cada vez mais, repleta de artefatos de consumo doméstico em todas as classes sociais. Se primeiramente a faiança portuguesa tinha entrada restrita nas classes mais abastadas por razão de seu alto custo, posteriormente as classes menos privilegiada economicamente puderam adquirir estes produtos graças aos baixos preços alcançados pela industrialização inglesa (Brancante, 1981:495). Em pouco tempo as novidades do mercado passavam a ser obsoletas e novos produtos eram introduzidos. Com o alto índice de aceitação e consumo destes gêneros, os produtos, que outrora tinham significado puramente utilitário, passam a ser consumidos com o intuito de ascensão social (Andrade Lima, 1995:164-177; 1997:111-117).

A recuperação deste tipo de artefato na Vila de Paranapiacaba nos permitiu compreender algumas características do comportamento de consumo deste grupo, não apenas pela quantidade, mas, sobretudo pelos espaços ocupados pelas lixeiras domésticas que nos revelaram dados bastante significativos. Através das escavações ar-

queológicas pudemos detectar que, para a análise da diferenciação das classes sociais, a interpretação da existência ou ausência de lixeiras é o dado mais marcante deste grupo. Devido à ausência destes artefatos, do segundo quartel do século XIX, nas residências dos trabalhadores, a proposta inicial do projeto de interpretar o comportamento da classe operária através de seu lixo doméstico foi, em parte, inviabilizada, não permitindo que todas as questões levantadas pudessem ser respondidas.

Antes de abordarmos a análise dos artefatos recuperados durante as campanhas arqueológicas, faz-se importante abordar a questão do padrão de descarte para podermos entender o que ocorreu na Vila de Paranapiacaba, uma vez que, materiais arqueológicos foram encontrados em determinados ambientes bastante caracterizados.

O fator primordial para determinação do registro arqueológico é o seu processo de formação. Os vestígios materiais, manipulados por determinada sociedade, passam por um contexto sistêmico, ou seja, passa por diversas fases durante sua formação, funcionalidade e abandono ou descarte, até o momento em que se torna um contexto arqueológico. Sob a forma de registro arqueológico, os materiais ainda sofrem perturbações, seja por intemperismo, erosões, biológicas e as culturais, que derivam das mais variadas formas de (re) utilização do mesmo espaço, vindo a causar, direta ou indiretamente, impacto sobre o registro arqueológico (Schiffer, 1972).

O trabalho de lixeiras domésticas refere-se, essencialmente, ao tema de formação de registro arqueológico. Frequentemente, em sítios arqueológicos históricos (South, 1977; 1988; Andrade Lima, 1995, Symanski, 1998), essas áreas de concentrações de artefatos são delimitadas a partir da organização espacial doméstica, nas quais são demarcadas áreas

próprias para o descarte residencial. Na busca de informações a respeito de áreas de descarte aplicou-se, como metodologia de campo, a prospecção arqueológica nas áreas residenciais da Vila de Paranapiacaba (Vila Velha e Vila Nova), para a localização de maiores incidências de artefatos.

O material arqueológico de uso cotidiano, que remonta ao século XIX, na Vila de Paranapiacaba, foi localizado essencialmente em dois pontos da Vila: a Casa do Engenheiro Chefe e Hotel dos Engenheiros, sendo que nas residências dos operários os materiais recuperados referem-se apenas ao século XX. Os dados obtidos pelo material arqueológico, como a louça e o vidro, nos permitem constatar que, apesar do consumo desses materiais não ter sido distribuído entre todas as classes sociais, havia um fluxo constante destes materiais na vila, mesmo sendo um lugar de subúrbio e longe das demais cidades. Isto só foi possível pelo acesso proporcionado pela ferrovia.

Os vestígios arqueológicos encontrados nos ambientes de maior prestígio são os vidros seguidos das porcelanas (salvo telhas e tijolos). Tanto na Casa do Engenheiro Chefe (Castelinho) quanto no Hotel dos Engenheiros, as estruturas construtivas revelam uma arquitetura mais sofisticada que, associada à questão da quantidade de lixo doméstico, mostram que o cenário social vivido por esta classe diferenciava-se da classe composta pelos demais trabalhadores, ou seja, o fato do material mais antigo aparecer somente nas áreas residenciais da elite sugere que a quantidade de materiais como vidros e porcelanas concentravam-se nas mãos desta classe, o que não quer dizer que a classe operária também não tivesse acesso a esses gêneros, mas que a quantidade de material referente a estes segmentos fosse menor, por falta de oportunidade em adquirir novos pro-

duto, associado a uma possível utilização de suportes materiais substitutivos, muito mais resistentes e que, portanto, possuísem uma sobrevida maior.

A LOUÇA

Na Vila de Paranapiacaba a pesquisa arqueológica recuperou 356 vestígios provenientes de antigas áreas de descarte de lixo doméstico, dentre eles 115 fragmentos de louça. Entendemos como louça todas as formas de cerâmica, ou seja, produtos manufaturados como a cerâmica, o grés, a faiança simples, a faiança fina e, por fim, a porcelana, que são compostas por substâncias minerais que permitem queimas de caulim e argila, além de feldspato e quartzo (Brancante, 1981:155).

A CERÂMICA

Foram identificados 5 fragmentos de cerâmica provenientes do Castelinho e Hotel dos Engenheiros, produzidas em tornos mecânicos.

O GRÉS

O grés cerâmico encontrado em Paranapiacaba durante a campanha arqueológica serviu unicamente como manilha para o escoamento das águas pluviais. Este material possui uma composição de textura muito mais resistente do que a cerâmica comum. O grés possui espessura grossa, porém de grãos muito finos, cozido a alta temperatura, o que o torna vitrificado e, por conseguinte, impermeável, ideal para peças que requerem utilidade constante. Segundo Zanettini (1998:121), já foram encontrados fragmentos desta qualidade cerâmica no nordeste brasileiro, remontando ao século XVII. Já em São Paulo, o grés só é conhecido a partir do século XIX, através da importação, trazido pelos ingleses e, normalmente, destinava-se a peças

para tubos, manilhas, azulejos ou peças sanitárias.

A baixa concentração deste material deve-se ao fato de que muitas peças encontrarem-se inteiras, talvez em atividade até os dias atuais.

Apesar da alta fragmentação das louças, alguns padrões decorativos puderam ser identificados e, mesmo se tratando de um número muito reduzido de fragmentos, mostra que moradores da Vila de Paranapiacaba, ao menos uma parcela deste segmento social, tinham algum tipo de acesso a estes produtos. Pôde-se observar que, de acordo com as pastas, a maior parte da louça doméstica dividia-se em faiança simples, faiança fina e porcelana.

FAIANÇA SIMPLES

Um único fragmento analisado foi classificado como faiança simples. A faiança, segundo Zanettini (1986:120) e Carle, et. al. (1996:56), é uma cerâmica feita de argila de grande plasticidade, cozida à temperatura reduzida, apresentando-se numa textura porosa e resistente, recoberta de esmalte opaco à base de chumbo ou estanho, o que a torna mais dura e sonora. O seu histórico mostra que sua utilização começou já no século XV, levada pelos árabes que, por sua vez, tomaram seu conhecimento técnico da Pérsia. No Brasil apareceram desde a colonização portuguesa até o século XIX, quando passou a dividir espaço com a faiança fina.

FAIANÇA FINA

A faiança fina, derivada da faiança simples, foi uma invenção inglesa, no século XVIII, durante a Revolução Industrial, e passou a ser importada pelo Brasil durante a Abertura dos Portos em 1808, ou mesmo anteriormente através de contrabando (Zanettini, 1998: 123 e Carle et al, 1996:56). Sua produção no Brasil só se deu a partir do século XX, inicialmente no Paraná e, posteriormente, em São Paulo, em 1902

e 1913, respectivamente. Dentro da classe de faiança fina pôde-se distinguir três padrões, sendo eles o “Blue or Green Edge”, o Policromo e o “Borrão Azul”.

Do padrão “Blue or Green Edge” foi recuperado apenas um fragmento. Este é o padrão adotado para a faiança fina inglesa, referindo-se a uma faiança estampada em azul na qual a tinta escorre dentro do esmalte. Segundo Lima et. al (1989: 211), é resultante de processo químico, tal como o óxido de cálcio ou cloreto de amônia, dentro do forno de vitrificação. Sua periodização na Inglaterra deu-se entre os anos de 1835 e 1845, tornando-se muito popular na época vitoriana (1837-1901). Ela é caracterizada pela incisão limitada em suas bordas, na qual é aplicada uma pintura, tanto em tonalidades azul como verde, podendo apresentar baixo relevo (Carle et al, 1996: 58). Foi fabricada entre 1780 e 1830. Normalmente é usada em pratos de cozinha, pela sua simplicidade decorativa (Andrade Lima, 1989:211). Esta teria sido uma das primeiras variedades da faiança fina conhecida como pearlware na primeira década da sua existência. Pode haver variações de acordo com o momento de produção. Existem outras variações de cores além do verde e o azul, tal como rosa, castanho e púrpura (Symanski, 1998:172). Miller (1980) destaca que entre as variedades decoradas, esta teria sido a mais barata durante a primeira metade do século XIX. Diversos trabalhos em sítios brasileiros, desde o nordeste até o sul do país, atestam que o alto consumo desta variedade foi constante durante todo o século XIX .

Do padrão Policromo obteve-se um único fragmento. Este padrão de faiança fina tem em sua decoração flores pintadas à mão e foi normalmente vinculado à louça de serviços de chá e café, tendo sido produzido entre 1820 e 1840.

Foram identificados dois fragmentos de faiança fina no padrão “Borrão Azul”, consistindo sua decoração em um estampado em azul no qual a tinta escorre dentro do esmalte. Sua origem na Inglaterra remonta aos anos 1835 e 1845 (Andrade Lima, et. al 1989:211).

O maior número de louça branca encontrada (51 fragmentos) é lisa ou em relevo. A única marca encontrada foi na parte posterior da base de um prato branco com as inscrições J. & G. Meakin. Além disso, também foram encontrados 5 fragmentos de bordas de faiança fina em creamware, 3 no padrão “Royal”, e 2 no padrão “Feather Edge”. O primeiro caracteriza-se pelas bordas em relevo tipo folhagem, enquanto o segundo pelas pinturas de faixas simples executadas à mão nas bordas.

PORCELANA

Quanto à presença de porcelana podemos destacar a presença apenas de 10 fragmentos. A porcelana teve sua fabricação iniciada na China por volta de 618 a 906 a. C., durante a Dinastia T'ang. Não se tem certeza quando os europeus tomaram conhecimento da porcelana, mas sabe-se que, desde o século XVI tentavam produzi-la na Europa. Depois de várias tentativas em se produzir o gênero, com a criação da Faiança Fina e a Porcelana Mole (rica em feldspato e óxido de chumbo, temperatura de queima em 1.200°C), a Alemanha foi a primeira a conseguir fabricar porcelana dura, semelhante à chinesa. Esta é queimada entre 1.350° a 1400°, é composta de caulim, quartzo, feldspato ou outros minerais de composição muito parecida (Brancante, 1981:155).

A classificação dos fragmentos de louça permitiu a identificação das peças e, através da tabela 04, podemos observar que as louças estavam concentradas em maior quantidade no Castelinho e, sobretudo, que o maior índice de fragmentos brancos também estava nesta mesma residência. No total, os resultados da amostra revelam que cerca de 75 (65%) fragmentos

são louças brancas, podendo ser consequência da quebra e conservação de determinadas partes brancas de alguns utensílios que apresentavam decorações, ou mesmo por tratar-se de louça realmente branca. Devido à variedade de decorações nos fragmentos encontrados no Hotel dos Engenheiros, não foi possível detectar qualquer indício de “louça de hotel”, que começou a ser produzida no final do século XIX para uso em espaços como restaurantes, hotéis, forças armadas, etc.

Para a realização desta pesquisa arqueológica o aprofundamento na questão da produção da louça, preços e processos de importação, não se mostrou conveniente, contudo, faz-se necessário enfatizar que a região circunvizinha à Paranapiacaba, desde o século XVIII produzia itens cerâmicos e, posteriormente, veio a produzir também itens de louça. Assim sendo, existe a probabilidade de que, além da aquisição de produtos importados, estivessem sendo consumidos produtos de manufatura local, já que através da tabela 02 fica evidente

que o mercado consumidor aumentava progressivamente, talvez na tentativa de suprir as necessidades da população local. É importante lembrar que os locais de fabricação de louças estão concentrados unicamente nos bairros onde estavam situadas as estações ferroviárias da São Paulo Railway Co. Ltd..

OS VIDROS

Foram identificados 197 vidros provenientes do Castelinho, Hotel dos Engenheiros, Hospital, Casa dos Solteiros e Igreja. Suas cores variam entre transparente, branco, tons de verde claro e escuro, marrom e azul. Existem, sobretudo, fragmentos de garrafas como bojo, gargalo e base de garrafas. Devido a fragmentação da maioria das bases e gargalos, não foi possível fazer uma análise de identificação mais profunda, contudo, pôde-se observar que existem, pelo menos, sete gargalos dentre outros fragmentos vítreos. Apenas foram identificados 3 fragmentos de garrafas fabricadas

	Porcelana					Porcelana					Faiança Fina					Faiança Fina					Total	
	1	2	3	4	5	1	2	3	4	5	1	2	3	4	5	1	2	3	4	5		
Função	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	1	4	6	17	-	-	-	-	-	2	-	
Prato	-	2	-	4	-	-	-	-	-	-	1	1	4	8	-	1	-	9	1	-	31	
Prato (borda)	-	2	1	5	3	-	-	-	1	-	-	-	-	1	6	1	1	-	-	2	-	28
Prato (base)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-	-	2	4	1	14	
Xícara	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	1	3	9
Xícara (borda)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	5	
Xícara (asa)	-	-	-	1	-	-	-	-	1	-	1	1	1	8	-	-	-	-	-	4	4	1
Vasilhame	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-	-	-	1	-	-	-	-	21	
Pires	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	2	-	3	
Pires (borda)	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	
Outros																	-	-	-	-	1	
Total																					104	

TABELA 04 : QUADRO RESUMO DA FUNÇÃO UTILITÁRIA DAS LOUÇAS, EM RELAÇÃO AO TIPO DE LOUÇA*. LEGENDA: 1 = HOSPITAL; 2 = CASA DOS SOLTEIROS; 3 = HOTEL DOS ENGENHEIROS; 4 = CASTELINHO; 5 = IGREJA

* Para este quadro-resumo considera-se somente como louça apenas os fragmentos de maior representatividade, as porcelanas e as faianças.

automaticamente, da cor verde-escura.

A quantidade de vidro recuperado no Castelinho é superior às demais sondagens realizadas na Vila de Paranapiacaba. A interpretação para esse dado é que, se nos outros ambientes a quantidade de vidro não é tão alta quanto no Castelinho, deve-se ao fato de uma maior incidência na reutilização deste material, ou a substituição deste produto por outro de maior durabilidade. Ambos os casos mostram que, apesar do vidro ter livre circulação na Vila de Paranapiacaba, em diversas qualidades, o seu acesso era restrito para a maioria das classes, sendo, preponderantemente, adquirido pela família do Engenheiro Chefe.

As residências nas quais os materiais arqueológicos foram encontrados em maior número foram o Hotel dos Engenheiros e o Castelinho, tal como está contabilizado no gráfico 01. A diferença nos resultados da análise quantitativa das louças (tabela 06) e vidros encontrados no Hotel dos Engenheiros e no Castelinho, não se deve atribuir às sondagens porque as escavações arqueológicas efetuadas no Hotel dos Engenheiros foram em maior quantidade e mais profundas, o que nos indica diferenças no padrão de consumo e/ou de descarte.

DISCUSSÃO

Em consideração aos nossos objetivos iniciais, não pudemos verificar a relação brasileiro/imigrante, nem por meio de documentos históricos nem pela arqueologia.

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11
12	1	36	141	-	-	-	-	-	-	1

TABELA 05. QUANTIDADE DE VIDROS ENCONTRADOS DURANTE AS ESCAVAÇÕES ARQUEOLÓGICAS SEGUNDO SUA LOCALIZAÇÃO. LEGENDA: 1 = HOSPITAL I; 2 = CASA DOS SOLTEIROS; 3 = HOTEL DOS ENGENHEIROS; 4 = CASTELINHO; 5 = CASA DO ENGENHEIRO; 6 = D. LÚCIA; 7 = CASA DA ZILDA; 8 = CASA DO MÉDICO; 9 = VIELA; 10 = LIXÃO; 11 = IGREJA

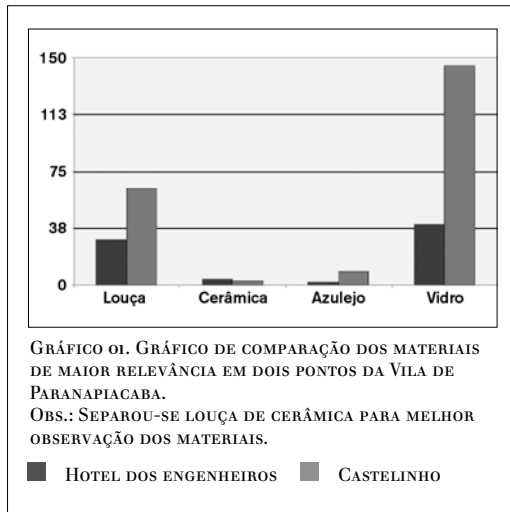
Já a arquitetura revelou que as diferenças na relação patrão/empregado eram estritamente sociais, na qual o chefe ocupava a melhor residência. Nesse sentido, a regra da moral familiar era bastante importante, pois era ela que determinava a ascensão da residência numa ordem que começava a partir da Casa dos Solteiros até os núcleos familiares mais complexos. Estas determinações, como tudo indica, provinham de um pensamento social panóptico, por meio do qual a ordem levaria a um sistema de trabalho intenso (Foucault, 1987).

A arquitetura e urbanização da Vila de Paranapiacaba seguiam dois objetivos: permitia, dentro de seu espaço, o exercício de todas as atividades necessárias para a boa convivência da comunidade e, ao mesmo tempo, exigia novas regras de trabalho para a época. Quanto melhores as condições do trabalhador, mais afincado ele teria na produção de seu trabalho, resultando, enfim, em lucro para a empresa. O trabalhador que convivia neste esquema de patronato sentia-se mais fiel e responsável às regras de trabalho e, também,

Materiais	Hotel dos Eng.	Castelinho
Louça	34	66
Azulejo	2	9
Vidro	40	146

TABELA 06. TABELA DE COMPARAÇÃO DOS MATERIAIS DE MAIOR RELEVÂNCIA EM DOIS PONTOS DA VILA DE PARANAPIACABA

mais seguro quanto ao seu padrão de vida econômico que lhe permitia acesso a inúmeros gêneros que antes não lhe era permitido. O Hospital e a Igreja, dentro deste contexto, são paliativos, são formas de “domesticação” do corpo e da alma desta classe trabalhadora. As diferenças são flagrantes, pois os espaços se tornam mais hierarquizados e as funções passam a ser desenvolvidas em espaços específicos. Há vielas para colocação de lixo e há



piche para propiciar uma melhor qualidade de vida – voltada, exclusivamente, a uma garantia de produção de força de trabalho.

Se por um lado a arquitetura explica a relação patrão/empregado, a Arqueologia, por meio do lixo doméstico, explica como as regras sociais ocorriam na relação classe alta e baixa. Dentre os vários aspectos da investigação arqueológica, destacamos aqui um ponto que acreditamos ser o mais importante na relação dicotômica patrão/empregado da Vila de Paranapiacaba, marcada pela ausência de material arqueológico em pontos definidos. A ausência de registros arqueológicos nas áreas residenciais dos trabalhadores nos diz muito sobre a estruturação e hierarquização da vila, pois o fato do material arqueológico de cunho doméstico estar localizado, exclusivamente, em estruturas destinadas aos engenheiros e completamente ausentes naquelas destinadas aos operários, nos remete à questão da mudança comportamental entre as classes do período escravocrata e assalariada em consequência do capitalismo: a individualidade (Deetz, 1977:257).

Atribuída às famílias do século XIX, a individualidade é o modo pelo qual a classe alta separa um grupo que, antes, coeso pela sen-

zala, se corporifica e age cada vez mais em prol de seus ideais – embora ainda haja a distância sócio-econômica –, o operariado. Neste caso, é importante lembrar que não se trata do mesmo grupo que teria passado da escravidão para o trabalho assalariado, mas nesta sociedade onde os trabalhadores eram os negros/escravos e passam rapidamente a ser substituídos pelos brancos/operários, onde as relações sociais são da mesma ordem. Neste contexto, deve-se pensar que, se no regime escravista as diferenças entre senhor e escravos era declarada, neste novo comportamento social as diferenças são mais sutis. Estas diferenças passam não apenas pela aquisição de novos bens, mesmo porque os operários também estão adquirindo bens (mesmo que de menor qualidade), mas pela forma de utilização destes. Neste contexto entram as regras de etiqueta, que uma determinada parcela da sociedade tem e outra não. A aquisição de produtos de valores diferentes, bem como a sua utilização dentro do padrão aceito pela sociedade da época, separa as classes alta e baixa e, neste caso, as louças de mesa fornecem subsídios de como a sociedade estava se adaptando a estas possibilidades de etiqueta e comportamento social. Portanto, a individualidade “de classe” adquire novos condicionantes, incluindo objetos e comportamentos (Andrade Lima, 1995; Andrade Lima, 1997).

Se por um lado existe a diferença de individualidade entre trabalhadores escravo/assalariado, por outro, existe uma semelhança quanto ao processo de descarte de lixo doméstico. A frequência em que o lixo doméstico aparece no espaço ocupado pela classe mais abastada e a constatação da ausência de material nas classes menos privilegiadas na Vila de Paranapiacaba, faz-nos associar esta pesquisa com o trabalho de Andrade Lima (et alii, 1989), sobre os sintomas do modo de vida burguês no Vale do Paraíba, no século XIX. Neste estudo da Fazenda São

Fernando, em Vassouras, RJ, os resultados obtidos através da investigação da cultura material dos segmentos subalternos (os escravos) e dos dominantes (o senhor e sua família) mostram que não foram recuperados vestígios arqueológicos na área da senzala, além dos materiais construtivos, e a concentração de vestígios na área da casa grande, portanto um padrão similar ao visto nas casas de da Vila de Paraniacaba.

A análise dos fragmentos recuperados nos locais de maior prestígio na Vila de Paraniacaba, por sua vez, nos leva a interpretar os dados de maneira mais minuciosa. A frequência com que o material vítreo aparece no Hotel dos Engenheiros pode estar relacionada a uma maior reutilização deste material, principalmente, as garrafas, o que é lógico para um ambiente onde, devido ao número de pessoas que frequentam um hotel ser muito superior aos de uma residência, a dinâmica de reposição e reutilização de material, visando o lucro, deve ser mais ampliada.

Quanto à louça do hotel dos Engenheiros, pudemos notar que neste edifício a diversidade de fragmentos é maior em relação ao Castelinho. A interpretação neste caso, é que num ambiente onde as pessoas se estabelecem por apenas um período e não se reúnem todos numa única mesa, não há a necessidade de um jogo de louça no mesmo padrão de decoração. Não havendo, desta maneira, a necessidade de uma mesa harmônica, como

requeriam as cerimônias do final do século XIX. Fato que não ocorreria numa mesa mais suntuosa, tal como no Castelinho, cujo lixo doméstico apresentou, além de alguns fragmentos com diferentes decorações, louça branca em maior quantidade e em diferentes peças, nos levando a pensar na possibilidade de representarem jogos de louça branca, como de requinte em determinadas épocas, como bem apontado por Andrade Lima (1997:115).

A leitura da paisagem da Vila de Paraniacaba, desde os artefatos arquitetônicos até o lixo doméstico, nos permite visualizar um panorama onde a força repressora dá lugar à coesão sutil. Tanto na arquitetura quanto nos produtos domésticos há a legitimação das diferenças sociais. Neste contexto, o que controlava o indivíduo era o olhar da sociedade. A sua residência, bem como seus objetos, relacionada à sua postura em relação a eles, o identificava quanto a sua posição social. Seu mérito dentro da sociedade dependia, diretamente, da avaliação do seu comportamento por outros indivíduos.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Professora Dr^aMargarida Davina Andreato, Ana Cristina de Sousa, Rosana Najjar e Carolina Kesser, Lucas Bueno pelos conselhos, críticas e revisão. E a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, FAPESP, pelo incentivo à pesquisa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

WEBMAIL

http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2005/www/pdf/2005_NP17_melo.pdf (29 de novembro de 2010).

FONTE PRIMÁRIA

Documentos do Fundo da Câmara Municipal de São Bernardo, 1892 a 1955. Museu de Santo André, município de Santo André, SP.

Inventário e Índice do FCMSB, 1991. (Organizado por Alina Jozala Lopez). Livros de Impostos de Indústria e Profissões do FCMSB. Museu de Santo André, município de Santo André, SP.

WIEGRATZ, W. Diário do Grande ABC 09/01/2000 – Olarias. Raíza: Grande ABC: tijolo a tijolo. Empresário que atualmente trabalha com construção civil conta sua saga nas olarias da região. Walter Wiegatz.

MARQUEIZ, J. O Estado de São Paulo 05/08/69 - T. É duro ser Oleiro. José Marqueiz.

FONTES SECUNDÁRIAS

ANDRADE LIMA, T.; FONSECA, M. P. R. da.; SAMPAIO, A.C. de O.; FENZL-NEPOMUCENO, A.; MARTINS, A. H. D. 1989. A Tralha doméstica em meados do século XIX: reflexos da emergência da pequena burguesia do Rio de Janeiro. IN: Dédalo, São Paulo, publ. avulsa, 1: 205-250.

ANDRADE LIMA, T. BRUNO, M. C., C. FONSECA, M. P. R. da. 1996. Sintomas do modo de vida burguês no Vale do Paraíba, Séc. XIX: Fazenda São Fernando, Vassouras, RJ (Exploração Arqueológica e Museológica). IN: Anais do Museu Paulista, Nova Série, História e Cultura Material, vol. 1: 179-206.

ANDRADE LIMA, T. 1995. Pratos e mais pratos: louças domésticas, divisões culturais e limites sociais do Rio de Janeiro, século XIX. IN: Anais do Museu Paulista, Nova Série, História e Cultura Material, vol. 3: 129-91.

ANDRADE LIMA, T. 1997. Chá e simpatia: uma estratégia de gênero no Rio de Janeiro

Oitocentista. Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material, Nova Série, Vol.5, jan/ Dez:95-150.

AZEVEDO, C. M.M. 1987. Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites do século XIX. Rio de Janeiro, Paz e Terra (Coleção Oficinas da História).

BACELLAR, C.A.P. 2000. A escravidão miúda em São Paulo Colonial. IN: NIZZA DA SILVA, Maria Beatriz. Brasil: colonização e escravidão. Rio de Janeiro, Editora Nova Fronteira. Pp.259-254.

BRANCANTE, E. da. 1981. O Brasil e a Cerâmica Antiga. São Paulo: Cia. Lithographica Ypiranga.

CARLE, C.B. OLIVEIRA, A. T. D.de. 1996. O Solar da Travessa Paraíso: um exemplo de arqueologia histórica em Porto Alegre. In: Estudos Ibero-Americanos, PUCRS, v. XXII, n.1:47-70.

CONRAD, R.1978. Os Últimos Anos da Escravidão no Brasil: 1850-1880. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.

DEAN, W. 1996. A Ferro e Fogo. A história e a devastação da Mata Atlântica brasileira. São Paulo, Companhia das Letras.

DEETZ, J. 1977 In Small Things Forgotten. Anchor Books, New York.

FERREIRA, J., PASSARELLI, M.A.P. S. 1990. Paranaíacaba – Estudos e Memória. Santo André – PUBLIC Gráfica Fotolito Ltda.

FOUCAULT, M.1987. Vigiar e Punir: nascimento da prisão. Editora Vozes, Petrópolis, Rio de Janeiro.

HODDER, I. 1992. Theory and practice in Archaeology. (Material Cultures). Routledge, Great Britain.

MACHADO, M. H. P.T. 1994. O plano e o pânico: os movimentos sociais na década da abolição. São Paulo Edusp.

MALENTAQUI, C.de L. 1984. Plano de Preservação e Revitalização de Paranapiacaba. Monografia, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Brás Cubas, Mogi das Cruzes, São Paulo.

MILLER, G.L. 1980. Classification and Economic Scaling of 19th Century Ceramics. IN: Historic Archaeology, vol. 14: 1-40.

MORALES, W. F. 2000. A escravidão esquecida: a administração indígena na Vila de Jundiá durante o século XVIII. Dissertação de Mestrado, Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo.

MOURA, C. 1988. Rebeliões da Senzala: Quilombos, Insurreições e Guerrilhas. Porto Alegre, RS, Mercado Aberto.

NEVES, L.M.B. 2000. Por detrás dos Panos: Atitudes Antiescravistas e a Independência do Brasil. IN: NIZZA DA SILVA, Maria Beatriz Brasil: Colonização e Escravidão. Rio de Janeiro, Editora Nova Fronteira. Pp. 373-395.

REIS, J.J., Silva, E.1989. Negociação e Conflito. A resistência negra no Brasil escravista. São Paulo, Companhia das Letras.

SANTOS, J.M.1942. Os Republicanos Paulistas e a Abolição. São Paulo, Livraria Martins.

SCHIFFER, M. 1972. Archaeological Context and the Systemic Context. American Antiquity 37(2): 156-165.

SOUTH, S.A. 1977. Method and Theory in Historical Archaeology. New York, Academic Press.

SYMANSKI, L.C. 1998. Espaço Privado e Vida Material em Porto Alegre no Século XIX. Coleção Arqueologia, EDIPUCRS, Porto Alegre, RS.

ZANETTINI, P. 1998. Calçada de Lorena: o caminho para o mar. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Área Interdepartamental de Arqueologia, São Paulo.